

GRALHA AZUL PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ Nº 36.938.824/0001-54

NIRE Nº 42 3 0005098-9

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Agrônômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Gralha Azul Participações S.A. (“Gralha Azul Participações” ou “Companhia”), tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Perfil Institucional

A Gralha Azul Participações é uma sociedade anônima cujo objeto social é a participação, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. Atualmente a Gralha Azul Participações controla a subsidiária Gralha Azul Transmissão de Energia S.A., cujas instalações de transmissão de energia elétrica estão localizadas no Estado do Paraná.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

Desempenho Econômico-financeiro

Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	Consolidado			
	31.12.2025	31.12.2024	Varição (R\$)	Varição %
Receita operacional líquida	468.464	431.674	36.790	8,5
Custos operacionais	(70.530)	(60.547)	(9.983)	16,5
EBITDA (Lajida) ¹	408.726	374.747	33.979	9,1
Resultado financeiro	(161.903)	(159.993)	(1.910)	1,2
Lucro líquido do exercício	154.252	149.271	4.981	3,3

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

Receita operacional líquida: acréscimo de R\$ 36.790, referente, principalmente, ao aumento na receita de construção de infraestrutura de transmissão de R\$ 28;215 em decorrência da implementação de reforço autorizado pelo regulador. A variação também foi impactada positivamente pelo aumento na remuneração dos ativos de contrato.

Custos operacionais: acréscimo de R\$ 9.983, se deve, substancialmente, ao aumento de R\$ 8.092 no custo de implementação de infraestrutura de transmissão, reflexo do início da implantação dos reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade.

Ebitda: o aumento é oriundo, substancialmente, dos impactos supracitados bem como pelo efeito não recorrente do resultado da atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP no montante de R\$ 7.011.

Lucro líquido do exercício: motivado pelos efeitos anteriormente citados, bem como os respectivos reflexos nos tributos sobre o lucro.

Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado (após deduções previstas no Estatuto Social); de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

GRALHA AZUL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 36.938.824/0001-54 | NIRE Nº 42 3 0005098-9
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	37	30	53.665	44.589
Contas a receber de clientes	5	-	-	43.026	37.775
Dividendos a receber de controladas	8	71.320	89.292	-	-
Ativo de contrato	7	-	-	292.716	265.198
Outros ativos circulantes		-	-	19.319	20.231
		71.357	89.322	408.726	367.793
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Ativo de contrato	7	-	-	2.557.155	2.435.749
Depósitos vinculados	6	-	-	40.083	38.671
Outros ativos não circulantes		-	-	7.545	4.226
		-	-	2.604.783	2.478.646
Investimento Imobilizado	8	678.713	561.067	-	-
		-	-	2.447	2.652
		678.713	561.067	2.607.230	2.481.298
TOTAL		750.070	650.389	3.015.956	2.849.091

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	6	12	18.438	20.996
Dividendos	13	177.658	89.284	177.658	89.284
Financiamentos	11	-	-	94.037	88.324
Obrigações fiscais e regulatórias		-	-	3.523	8.906
Outros passivos circulantes		-	-	11.936	4.768
		177.664	89.296	305.592	212.278
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	11	-	-	1.858.754	1.863.037
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	260.892	199.643
Outros passivos não circulantes		-	-	18.312	13.040
		-	-	2.137.958	2.075.720
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13	435.065	435.015	435.065	435.015
Reservas de lucros		27.436	19.723	27.436	19.723
Dividendos adicionais propostos		109.905	106.355	109.905	106.355
		572.406	561.093	572.406	561.093
TOTAL		750.070	650.389	3.015.956	2.849.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRALHA AZUL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 36.938.824/0001-54 | NIRE Nº 42 3 0005098-9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	-	-	468.464	431.674
Custos operacionais					
Custos de implementação de infraestrutura		-	-	(34.797)	(26.705)
Serviços de terceiros		-	-	(21.622)	(24.489)
Outros custos operacionais		-	-	(14.111)	(9.353)
		-	-	(70.530)	(60.547)
LUCRO BRUTO		-	-	397.934	371.127
Despesas operacionais					
Outras (despesas) receitas operacionais		(38)	(35)	10.792	3.620
		(38)	(35)	10.792	3.620
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	8	154.290	149.306	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		154.252	149.271	408.726	374.747
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		-	-	3.104	11.360
Renda de depósitos vinculados		-	-	5.185	3.803
Juros e variação monetária sobre financiamentos	11	-	-	(165.406)	(169.064)
Outras despesas financeiras, líquidas		-	-	(4.786)	(6.092)
		-	-	(161.903)	(159.993)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		154.252	149.271	246.823	214.754
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	15	-	-	(31.322)	(31.259)
Diferido	12	-	-	(61.249)	(34.224)
		-	-	(92.571)	(65.483)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		154.252	149.271	154.252	149.271
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		0,35455	0,34314	0,35455	0,34314

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	154.252	149.271	154.252	149.271
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	154.252	149.271	154.252	149.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRALHA AZUL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 36.938.824/0001-54 | NIRE Nº 42 3 0005098-9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos			
Saldos em 31.12.2023	13	434.985	12.259	64.970	90.029	-	602.243	
Dividendos adicionais		-	-	-	(90.029)	-	(90.029)	
Dividendos intermediários		-	-	(64.970)	-	-	(64.970)	
Aumento de capital		30	-	-	-	-	30	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	149.271	149.271	
Destinações propostas à AGO								
- Reserva legal		-	7.464	-	-	(7.464)	-	
- Dividendo mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(35.452)	(35.452)	
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	106.355	(106.355)	-	
Saldos em 31.12.2024	13	435.015	19.723	-	106.355	-	561.093	
Dividendos adicionais		-	-	-	(106.355)	-	(106.355)	
Aumento de capital		50	-	-	-	-	50	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	154.252	154.252	
Destinações propostas à AGO								
- Reserva legal		-	7.713	-	-	(7.713)	-	
- Dividendo mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(36.634)	(36.634)	
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	109.905	(109.905)	-	
Saldos em 31.12.2025	13	435.065	27.436	-	109.905	-	572.406	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRALHA AZUL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 36.938.824/0001-54 | NIRE Nº 42 3 0005098-9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Gralha Azul Participações S.A., com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 15.04.2020, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar, como *holding*, no capital de Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

A Gralha Azul, controlada direta da Companhia, tem como objeto social a transmissão de energia elétrica. Em 15.12.2017, essa controlada arrematou no Leilão de Transmissão nº 02/2017, promovido pela Aneel, o Lote 1, localizado no estado do Paraná, que totaliza aproximadamente 1.000 km de extensão de linhas de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) contratada no leilão foi R\$ 231.725, a valores de 11.08.2017. O prazo da concessão, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão será de 30 anos, contados da data de assinatura do referido contrato, ocorrida em 08.03.2018. Em 19.02.2023, o Sistema de Transmissão Gralha Azul entrou em operação integral a partir da energização do trecho que percorre a zona urbana e rural das cidades de Ponta Grossa, Imbituva e Irati. Gralha Azul teve as primeiras linhas energizadas em 2021, e, com a conclusão na referida data, antecipou em 16 meses o prazo previsto no contrato de concessão.

Em 2025 e 2024, os administradores da Companhia renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 31.03.2026.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, GAP, e de sua controlada Gralha Azul, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

Os principais julgamentos contábeis utilizados para tal conclusão são: (i) as atividades a serem desempenhadas serão decorrentes de concessão de longo prazo e possuem forte geração de caixa operacional; e (ii) a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora indireta, ENGIE. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Ativo de contrato

Os contratos de concessão definem o serviço público de transmissão de energia elétrica como o serviço prestado mediante a construção (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de transmissão. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) O&M. Desta forma, a Companhia aloca a receita proveniente destes contratos a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de transmissão corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de transmissão ao longo da execução da obra de implantação do sistema de transmissão. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da RAP alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção de infraestrutura de transmissão considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para “o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra” em relação ao “CAPEX do Projeto”, ambos definidos nos respectivos planos de negócios. As margens propostas, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo de contrato, a Companhia estima, quando aplicável, a incidência do mecanismo denominado “Parcela Variável” sobre a RAP a ser recebida. Este mecanismo permite que a RAP seja aumentada ou reduzida em decorrência do desempenho do sistema de transmissão.

c) Investimento

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

d) Imposto de renda e contribuição social

São segregados entre impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras pelo regime de lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição da taxa interna de retorno do projeto para cálculo do custo amortizado do ativo de contrato.

h) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2025. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

i) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02</p> <p>Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.</p>	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
<p>CPC 51</p> <p>O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.</p>	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	37	30	27.247	24.180
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	-	-	26.418	20.409
	37	30	53.665	44.589

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, em fundos exclusivos de investimentos, que têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e títulos privados, todos com liquidez diária. A rentabilidade média dos fundos nos anos de 2025 e 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 43.026 em 31.12.2025 (R\$ 37.775 em 31.12.2024) correspondem aos valores a receber dos contratos de encargos de uso da rede elétrica, os quais são reajustados anualmente em julho do respectivo ano. O prazo médio de recebimento é de, aproximadamente, 24 dias.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, o saldo das garantias vinculadas ao contrato de financiamento era de R\$ 40.083 (R\$ 36.671 em 31.12.2024). Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida.

NOTA 7. ATIVO DE CONTRATO

a) Mutações do ativo de contrato

	Consolidado
Saldo em 31.12.2023	2.587.310
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	10.846
Perdas por ineficiência na construção	(16.191)
Juros	185.242
Varição monetária	199.041
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	3.278
Recebimentos RAP construção	(268.579)
Saldo em 31.12.2024	2.700.947
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	39.061
Ganhos por eficiência na construção	1.076
Juros	185.084
Varição monetária	206.578
Atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP	7.011
Recebimentos RAP construção	(289.886)
Saldo em 31.12.2025	2.849.871
Classificação no balanço patrimonial	
Ativo circulante	292.716
Ativo não circulante	2.557.155
	2.849.871

A atualização do fluxo por estimativa de alterações futuras à RAP tem como base, principalmente, a expectativa de revisão da estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando em modificações nos valores das RAP futuras. Em função da revisão, o saldo do ativo contratual foi ajustado para considerar a nova estimativa do fluxo financeiro. Como resultado, no exercício corrente, foi apurado um ganho de R\$ 7.011 (R\$ 3.278 em 2024).

b) (Perdas) ganhos por (ineficiência) eficiência na implementação de infraestrutura de transmissão.

No decorrer da obra e da energização do projeto, esperam-se impactos positivos ou negativos em função de eventos como: (i) atrasos e custos adicionais por questões ambientais; (ii) variação dos custos das *commodities*, uma vez que cabos e estruturas são adquiridos diretamente pela Companhia; (iii) custos adicionais de servidão e negociações fundiárias; (iv) eventuais imprevistos de terraplanagem; e (v) antecipação de prazos de energização. Alterações no projeto que afetem sua lucratividade, devem ser reconhecidas diretamente no resultado. Em 2025 foi reconhecido o montante de R\$ 1.076 (perda de R\$ 16.191 em 2024) referente à ganho por eficiência na construção da infraestrutura.

c) Premissas adotadas

	Gralha Azul ²
RAP anual, líquida de encargos (valor nominal) ¹	226.504
RAP anual – Construção (valor nominal) ¹	202.553
CAPEX nominal estimado do projeto, em 31.12.2023	1,8 bilhão
Índice de correção dos contratos	IPCA
Custo de construção incorrido até 31.12.2023	2.139.715
Entrada total em operação comercial	março de 2023
Data da próxima Revisão Tarifária Periódica	julho de 2028
Prazo da concessão	30 anos
Data assinatura contrato de concessão	08.03.2018
Vigência do contrato de concessão	março de 2048
Leilão	002/2017
Lote adquirido	Lote 1
Deságio em relação à receita máxima determinada pela Aneel	34,80%
Extensão da linha de transmissão	1.000 km

(1) Valores considerando a resolução homologatória nº 3.216 de 2024, que contempla a Revisão Tarifária.

(2) Em 28.03.2024, por meio da Resolução Autorizativa nº 936, a Aneel autorizou a Gralha Azul a implantar reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade.

d) Perfil de realização do ativo de contrato apresentado no ativo não circulante

	Gralha Azul
2027	117.686
2028	119.538
2029	121.389
2030	121.389
2031	121.389
2032 a 2036	602.020
2037 a 2054	1.353.744
	2.557.155

NOTA 8. INVESTIMENTO

a) Mutação do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora
Saldo em 31.12.2023	619.866
Dividendos mínimos obrigatórios	(35.460)
Dividendos intermediários	(172.645)
Equivalência patrimonial	149.306
Saldo em 31.12.2024	561.067
Dividendos mínimos obrigatórios	(36.644)
Equivalência patrimonial	154.290
Saldo em 31.12.2025	678.713

b) Informações financeiras das principais controladas em 31.12.2025

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Participação (%)
Gralha Azul	370.155	3.015.919	2.337.206	678.713	154.290	100

c) Dividendos a receber da controlada

Em 31.12.2025, a Companhia possui R\$ 71.320 (R\$ 89.292 em 31.12.2024) de dividendos a receber oriundo da controlada Gralha Azul.

NOTA 9. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores da construção do sistema de transmissão	10.684	13.299
Fornecedores de materiais e serviços	7.698	7.643
Encargos de uso da rede elétrica	52	54
Energia elétrica comprada para revenda	4	-
	18.438	20.996

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados. A RAP da Companhia possui cláusula de reajuste inflacionário com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para os financiamentos. A seguir é apresentada análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação do índice	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
	31.12.2025	31.12.2026	Provável	$\Delta + 25\%^1$	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Financiamentos				
IPCA	1.952.791	4.360	(17.190)	(833)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	1.952.791	1.951.361
(-) Depósitos vinculados	(40.083)	(38.671)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(53.665)	(44.589)
Dívida líquida	1.859.043	1.868.101
Patrimônio líquido	572.406	561.093
Dívida líquida/Patrimônio líquido	3,2	3,3

c) Risco de crédito

As transações para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras. A Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado					
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual	Contábil
Fornecedores	18.438	-	-	-	18.438	18.438
Financiamento	164.260	323.423	315.224	1.890.687	2.693.594	1.952.791
	182.698	323.423	315.224	1.890.687	2.712.032	1.971.229

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	26.418	20.409
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	27.247	24.180
Contas a receber de clientes	43.026	37.775
Depósitos vinculados	40.083	38.671
	136.774	121.035
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	18.438	20.996
Financiamentos	1.952.791	1.951.361
	1.971.229	1.972.357

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2025			31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	90.794	1.858.754	1.949.548	85.376	1.863.037	1.948.413
Encargos	3.243	-	3.243	2.948	-	2.948
	94.037	1.858.754	1.952.791	88.324	1.863.037	1.951.361

b) Mutação dos financiamentos

	Consolidado
	Total
Saldos em 31.12.2023	1.940.463
Juros e variação monetária	169.064
Amortização de principal	(83.713)
Amortização de juros	(74.453)
Saldos em 31.12.2024	1.951.361
Juros e variação monetária	165.406
Amortização de principal	(89.351)
Amortização de juros	(74.625)
Saldos em 31.12.2025	1.952.791

c) Vencimentos dos financiamentos apresentado no passivo não circulante

	Consolidado
2027	92.278
2028	93.834
2029	95.450
2030	97.128
2031	98.870
2032 a 2036	522.899
2037 a 2041	577.600
2042 a 2045	280.695
	1.858.754

d) Condições contratadas

	Condições de pagamento			Saldos em 31.12.2025
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 3,83% a.a.	03.2044	Mensais, a partir de outubro de 2023	1.952.791

e) Garantias

As garantias contratadas são as seguintes: (a) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e contas reservas; (c) cessão dos direitos emergentes da concessão; e (d) fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia.

f) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	ICSD ¹ ≥ 1,3

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida, conforme definido em contrato.

No exercício findo em 31.12.2025, a Companhia atingiu o limite mínimo do índice de cobertura do serviço da dívida estabelecido em seu contrato firmado com o BNDES.

NOTA 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Composição

Natureza dos créditos	Consolidado				31.12.2024
	31.12.2025				
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Receita/custo de implementação de infraestrutura	886.385	221.596	79.775	301.371	248.394
Outros	108	27	10	37	38
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	103.506	25.877	9.316	35.193	44.783
Outros	15.650	3.913	1.410	5.323	4.006
Valor líquido		191.833	69.059	260.892	199.643

b) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Consolidado
Saldo em 31.12.2023	165.419
Impostos diferidos no resultado	34.224
Saldo em 31.12.2024	199.643
Impostos diferidos no resultado	61.249
Saldo em 31.12.2025	260.892

NOTA 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2025, era de R\$ 435.065 (R\$ 435.015 em 31.12.2024), dividido em 435.064.820 ações (435.015.000 ações em 31.12.2024), todas escriturais e sem valor nominal pertencentes, em sua totalidade, a ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Em 31.12.2025 foi constituída reserva legal de R\$ 7.713 (R\$ 7.464 em 31.12.2025).

b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 2025 e 2024, a Companhia não destinou montantes para a reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício (após deduções previstas no Estatuto Social), ajustado nos termos da lei das sociedades por ações. A distribuição dos dividendos dos exercícios de 2025 e 2024 estão apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	154.252	149.271
Reserva legal	(7.713)	(7.464)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	146.539	141.807
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	36.634	35.452
Total dos dividendos anuais	36.634	35.452

c.1) Mutação dos dividendos

Saldos em 31.12.2023	47.665
Dividendos adicionais	90.029
Dividendos intermediários	64.970
Pagamento de dividendos	(148.832)
Dividendos mínimos obrigatórios	35.452
Saldos em 31.12.2024	89.284
Dividendos adicionais	106.355
Pagamento de dividendos	(54.615)
Dividendos mínimos obrigatórios	36.634
Saldos em 31.12.2025	177.658

Em 31.12.2025, a Companhia encaminhou para aprovação a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2025, no valor R\$ 109.905 (R\$ 106.355 em 2024).

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Dessa forma, esses dividendos estão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela AGO.

NOTA 14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2025	2024
Remuneração de ativo de contrato	391.662	384.283
Receita de construção de infraestrutura de transmissão	39.061	10.846
Operação e manutenção	37.741	36.545
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	468.464	431.674

NOTA 15. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

	Consolidado					
	2025			2024		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	246.823	246.823	246.823	214.754	214.754	214.754
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	(61.705)	(22.214)	(83.919)	(53.688)	(19.328)	(73.016)
Diferenças permanentes	(8.366)	(286)	(8.652)	7.581	(48)	7.533
	(70.071)	(22.500)	(92.571)	(46.107)	(19.376)	(65.483)
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(25.035)	(6.287)	(31.322)	(20.942)	(10.317)	(31.259)
Diferido	(45.036)	(16.213)	(61.249)	(25.165)	(9.059)	(34.224)
	(70.071)	(22.500)	(92.571)	(46.107)	(19.376)	(65.483)
Alíquota efetiva	28,4%	9,1%	37,5%	21,5%	9,0%	30,5%

NOTA 16. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia, por meio de sua controlada direta Gralha Azul, mantém contratos de operação e manutenção, vigentes até 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, em 31.12.2025, era de R\$ 8.647. Adicionalmente, por meio de sua controlada direta Gralha Azul, a Companhia firmou contratos de construção de reforços das linhas de transmissão, conforme Nota 7 – Ativos de Contrato, vigentes até 2026, cujos compromissos futuros em 31.12.2025, eram de R\$ 30.974.

NOTA 17. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. Sua participação na referida apólice é no montante de R\$ 415.292 para danos materiais. A vigência da apólice é 31.05.2026.

NOTA 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	ATIVO	PASSIVO	PASSIVO	
	Dividendos	Dividendos	Fornecedores	Dividendos
31.12.2025				
Gralha Azul	71.320	-	-	-
ENGIE Brasil Energia	-	-	711	-
ECV	-	-	5	-
ETP	-	177.658	-	177.658
	71.320	177.658	716	177.658
31.12.2024	89.292	89.284	734	89.284

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Gralha Azul Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Gustavo Henrique Labanca Novo
Diretor Presidente

Leonardo Germano Depiné
Diretor Administrativo e Financeiro

Matheus Amorim
Diretor de Implantação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2



**Shape the future
with confidence**

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
GRALHA AZUL PARTICIPAÇÕES S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **GRALHA AZUL PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento



Shape the future
with confidence

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 31 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O